

POTÊNCIAS DA INCLUSÃO: (RE)SIGNIFICAÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS

MAGALHÃES, Maria Paula Gonzaga

Graduanda do Curso de Pedagogia– UFF / Niterói

FERREIRA, Helen Pereira

Professora Dra. – UFF / Niterói

RESUMO: presente artigo busca refletir sobre o conceito de estigma, preconceito e inclusão social tendo como base a experiência do Projeto de Extensão Universitária - *A população em situação de rua, a praça, a Universidade e a potência dos encontros* – realizado pelo Coletivo Remonta Comunidade. Para dialogar sobre a temática, trago Foucault, Mattos, Crochik, Sanson, Mantoan e Freire.

Palavras-Chave: estigma, preconceito, inclusão, educação

“Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser”

Paulo Freire

1. INTRODUÇÃO

Durante a rotina diária nos acostumamos a ver pessoas dormindo nas ruas, praças e debaixo de marquises, principalmente nos grandes centros urbanos, sem que isso nos afetasse, seguimos a vida ignorando o fato que essas pessoas não tem seus direitos básicos respeitados. A indiferença frente essa situação, gera a naturalização do fenômeno da população em situação de rua como parte do cenário urbano, faz com que se reproduza ainda mais estigmas e preconceitos acerca dessa população, contribui para que estejam sempre à margem da sociedade, a não garantia de seus direitos e que a falta de políticas públicas sejam legitimadas.

Apesar do número de pessoas em situação de rua – Pop Rua¹ - crescer diariamente por causas diversas, como: falta de oportunidades de empregos, questões familiares, acidentes ambientais, dependência química entre muitas outras - que faz com que precisem (re)significar seus modos de habitar a rua - essas continuam passando

¹ Pop rua é um termo criado pelos militantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) para se referir a população em situação de rua.

despercebidas, ou seja, são invisibilizadas pela maioria das pessoas que transitam pela cidade.

Muitas expressões são criadas e reproduzidas para nomear as pessoas em situação de rua, como: “mendigos”² e “cracudos”³, que criam uma imagem da pop rua como composta por pessoas mal vestidas, sujas, drogadas, violentas e “vagabundas” - que não querem trabalhar, sendo o trabalho, dentro do sistema liberal, visto como o principal propósito social. Por essa lógica de capital, o trabalho está sujeito a relações de poder e dominação, sendo considerado útil somente “corpos produtivos e submissos” (FOUCAULT, 1987, p. 29). Essa perspectiva ignora as desigualdades, como se oportunidades fossem iguais para todos e utiliza esse fator como justificativa para estarem nessas condições, ou seja, culpabiliza as próprias vítimas pela falta de atuação do Estado e pela falta de respeito dos outros com seus pares (MATTOS e FERREIRA, 2004, p. 49).

Esse imaginário construído socialmente, amparado por um conservadorismo e conformismo, além de culpabilizar as próprias pessoas envolvidas na situação por essa condição, justifica e isenta parte da população – que possui determinado “capital cultural” (BOURDIEU, 2013, p. 74) - que se omite e corrobora para manutenção desse cenário - além de cooperar para a conservação do *status quo*⁴ que segrega, discrimina e marginaliza qualquer pessoa que não se encontre dentro dos padrões ideais de sociedade, esses que são criados por ideologias dominantes (CROCHÍK, 2011, p. 16). Dessa forma, contribui para validar a falta de atuação do Estado em oferecer condições mínimas de sobrevivências a população em situação de rua.

Como previsto nos artigos XIII, XXV e XXVI da Lei dos Direitos Humanos (1948) e reafirmados pela Constituição Brasileira de 1988 - é garantido o acesso à moradia, saúde, bem-estar e educação como direitos inerentes a qualquer ser humano, além do artigo VII que diz que “todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei...”. Com a Lei Orgânica da Assistência – LOAS- (1993) foi regularizado que a assistência social passa a ser vista como política pública e

² Termo utilizado com cunho negativo para se referir a pop rua, carregado pelo estigma social e econômico de pessoa suja que não consegue manter seu sustento e pede escola.

³ No seu sentido literal o termo se refere a pessoas que são viciadas em crack (droga ilícita), atribuído inicialmente a pessoas que vivem nas chamadas ‘Cracolândias’, que são lugares públicos, geralmente embaixo de viadutos. Mas, no sentido social também foi apropriado como forma de ofensa

⁴ Termo de origem no latim que significa “o estado das coisas”, utilizado no texto dentro da perspectiva da Teoria de Capital Cultural de Bourdieu (2013) que é utilizado como ferramenta para a manutenção de privilégios sociais e econômicos (status quo) e desigualdades presentes no sistema de capitalista.

responsabilidade do Estado. Porém, o que se encontra na realidade são casos em noticiários resultantes de muita violência, seja física, moral ou psíquica, e discriminação com a pop rua, tanto de pessoas civis como por parte de instituições públicas, principalmente dos órgãos e agentes de segurança e também de instâncias privadas.

A reprodução de estigmas e preconceitos sobre a população em situação de rua e a falha do Estado na garantia dos direitos dessas pessoas, além de fazer com que não tenham a oportunidade de serem ouvidas, as colocam em risco de vida todos os dias, sendo cada dia um grande desafio lutar por sua sobrevivência.

A própria forma com que o serviço público do país - que teoricamente deveria ser de acesso a todos, sem distinção – contribui para esse cenário de discriminação e cria entraves burocráticos para dificultar o acesso. Como o Cadastro Único - mais conhecido como CadÚnico - que segundo o site da Caixa Econômica Federal é um sistema de cadastro de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza para implementação de políticas públicas que melhore as condições de vida dessas famílias, porém para se cadastrar é exigido um comprovante de residência. Dessa forma, por não possuir endereço fixo, a pop rua enfrenta maiores dificuldades para conseguir acesso a esses serviços ou não conseguem. Esse fator demonstra a omissão do estado frente às necessidades desse grupo, tornando-se crucial a necessidade de políticas públicas de inclusão para a população.

Somente quando o Movimento Nacional da População em Situação de Rua começa a se organizar, no início do século XXI, a população ganha maior visibilidade, constituído apenas por pessoas que viveram ou vivem a situação de rua, começam a ganhar voz e pressionar o governo, esse fez com que fosse criada a Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR - (2009), um marco de grande importância para garantia de seus direitos. Contudo, a luta para pôr em práticas essas diretrizes continuam sendo diárias.

A pop rua é constituída por uma grande multiplicidade de indivíduos e trajetórias, tendo como ponto em comum o uso da rua como moradia e sobrevivência de forma transitória ou fixa, a condição de extrema pobreza e o desrespeito aos seus direitos fundamentais para uma sobrevivência humana digna. Ao contrário dos personagens que o imaginário popular cria a respeito dessas pessoas, quando nos permitimos exercitar a escuta sensível (BARBIER, 2002, p.1), quando paramos para conversar e

experimentamos um diante do olhar sensível para com a pop rua, esses preconceitos e estigmas começam a ser desconstruídos.

As representações que o senso comum faz da pop rua são como espécies de “caricaturas” destes indivíduos e a ideia que se tem de fora sobre as práticas sociais que eles executam não tem relação factual com elas. Acredito que o fato de a sociedade tratar a situação de rua como uma condição mais sólida e fixa do que ela é, associado a uma concepção da pop rua como pessoas sem agência, e ainda somado a sua constante estigmatização, compõem um trinômio que opera em favor as desigualdades sociais que perpetuam a situação de rua. (SANSON, 2019, p. 18)

Quando conheci o Coletivo Remonta Comunidade⁵, através da professora Helen Ferreira, o que sabia a respeito da pop rua era o que se passava no noticiário da televisão e as minhas percepções diárias como transeunte da cidade - um olhar distante, não de indiferença, um olhar de incômodo e inconformismo, ciente da minha responsabilidade social com aquelas pessoas, porém sem perspectiva de como me aproximar de alguma forma ser solidária.

As discussões dentro do grupo, ainda na universidade, me possibilitaram um grande aprendizado sobre coletividades, valorização de conhecimentos populares, trocas entre os saberes populares e acadêmicos e principalmente sobre inclusão. Como uma futura educadora que acredita no poder da educação inclusiva como forma de construir uma sociedade mais justa, que respeite as pluralidades e diferenças dos indivíduos.

Através das ações do Coletivo tive a oportunidade de me aproximar, trocar experiências e desconstruir pré-conceitos. Isso resultou na minha atuação como bolsista do Projeto “A população em situação de rua, a praça, a universidade e a potência dos encontros” hoje junto a PROEX UFF⁶.

A motivação para construção desse trabalho se dá devido a atuação no Coletivo Remonta Comunidade e a percepção da importância de se discutir os temas anteriormente mencionados, também para expor e debater importantes políticas de inclusão social e educacional, que possibilitam a construção de uma sociedade menos excludente que reconheça todos como cidadãos de direitos, independente de sua classe, cor, gênero, etc., possibilitando que as minorias tenham maior visibilidade e voz, além de participarem da discussão e elaboração de políticas públicas para seu grupo. A discussão desses assuntos

⁵ Grupo que promove ações sociais baseados no resgate do espírito de comunidade e coletividade, que será apresentado ao longo do texto.

⁶ Sigla da Pró Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense.

acontece por meios dos encontros do Grupo de Estudos - Subjetividade, Corpo e Cidade, nas ações do Coletivo e também por revisão bibliográfica.

2. O COLETIVO REMONTA COMUNIDADE E A POP RUA

A Praça Leoni Ramos - conhecida como Praça da Cantareira - situada no bairro Gragoatá na cidade de Niterói, é um local histórico que passou por diversas transformações ao longo de sua história; atualmente é um importante espaço cultural de circulação e socialização de pessoas, produtos, saberes etc. Tem como marca/característica ser um espaço frequentado por grupos heterogêneos. Cada um desses grupos compreende esse território de uma maneira.

Entre esses diferentes grupos, há aqueles que apenas transitam por ali, como uma parte dos estudantes da Universidade Federal Fluminense – UFF (devido à proximidade com o campus), pessoas que frequentam o comércio local e os eventos culturais, os próprios comerciantes, os que entendem como local de lazer, os que consideram como fonte de sustento, os que habitam como casa, a pop rua - que não só utiliza o espaço da praça como local para dormir como para fazer pequenos serviços como carregar materiais/produtos e recolher lixos - entre outras formas de ressignificar o espaço.

O Coletivo Remonta Comunidade surge em 2017 com a ideia de resgatar o espírito de compromisso com a comunidade, a princípio com ações voltadas a crianças em favelas de Itaipuaçu e Inoã – municípios de Maricá. Ficou parado devido não ter condições humanas e físicas de continuar.

O projeto para atuar junto à pop rua da Praça da Cantareira (Leoni Ramos), foi iniciado através do encontro da professora Helen Ferreira com o então graduando de Sociologia João Pedro Sanson – hoje graduado. Ambos tinham em comum o vínculo institucional - a UFF -, e o desejo de unir ações pontuais em algo coletivo.

Percebiam que o cenário político-social-econômico contribuía – e ainda contribui - para o aumento das desigualdades sociais e do quantitativo da população em situação de rua, principalmente nos bairros no entorno do campus UFF-Gragoatá, onde comumente transitavam. Havia uma necessidade de maiores estudos sobre esse fenômeno e também de uma atuação mais efetiva que propiciasse conexões da pop rua com a Universidade que estava ao mesmo tempo tão perto e tão longe, visto que a pop rua acaba tornando-se parte do cenário urbano.

Em qual momento, técnicos, equipes de manutenção, faxineiras, alunos, professores, seguranças etc. param de olhar para o seu semelhante que mora na Praça? Em que ocasião as larvas de mosca se proliferam nos pés do senhor Júlio⁷ e não houve incômodo com o cheiro?

Diante desse cenário da Praça, através de conexões dentro e fora da universidade cresce o grupo composto por estudantes voluntários, professores e colaboradores, com objetivos de fomentar a cidadania, estimular reflexões educacionais. Refletir sobre problemas sociais produzidos por uma desigualdade extrema, instigar o senso de solidariedade e coletividade, compartilhamento de saberes, modos de existência, conhecimentos e experiências de cada sujeito, assim como, dar maior visibilidade e voz ao aumento da população de rua e suas necessidades, angústias, preocupações, procurando por meio de um olhar e escuta sensível (BARBIER, 2002, p. 1) entender o que passam essas pessoas, debater sobre direitos e políticas públicas que contemplem essa população, desconstruir estigmas e preconceitos que perseguem essas pessoas e os Direitos Humanos, e também acolher esses que são excluídas da sociedade de forma inconstitucional e desumana.

Antes de começar as atividades, houve uma sondagem para saber quais estruturas a Praça dispunha para realização dos trabalhos com a pop rua. Cabe ressaltar que não havia nenhuma verba. Através da rede de solidariedade que iam tecendo o projeto foi se materializando. Os próprios “barraqueiros” da Praça nos ajudavam/ajudam a conseguir ponto de energia, compreender a dinâmica do mapeamento da Praça e seus co-habitantes. O GRUPALFA - Grupo de Pesquisa: Alfabetização dos alunos e alunas das classes populares, nos auxilia fornecendo os equipamentos que dispõe, o espaço para as reuniões do Coletivo e para armanejamento das arrecadações.

A arte alegra os corpos! Foi no convívio com a Praça viva, que percebemos que ela era um grande palco. Cantorias, danças, versos, batuques eram comuns de quarta-feira à sexta-feira. Mas no imaginário da pop rua “a festa” acontecia em qualquer dia da semana. Bastava uma rima ou qualquer coisa nas mãos que pudesse extrair um só para que uma melodia tomasse o ambiente. Se a arte alegrava os corpos, também poderia potencializar os encontros.

⁷ Morador em situação de rua, cadeirante e diabético. Possui família, mas se encontra em situação de rua.

Dessa forma, acreditamos na arte como forma de representatividade, coletividade, luta e resistência, promovemos eventos culturais como CineSolidário⁸, SarauSolidário,⁹ como forma de potencializar encontros entre diferentes grupos com muitas trocas e diálogos. As ações acontecem geralmente as sextas feiras a partir das 17 horas, nessas também são distribuídos lanches e doações que arrecadamos, como: roupas, sapatos, cobertores e itens de higiene pessoal. Ainda é distribuído material educativo, tais como: Cartilha dos Direitos da População em Situação de Rua, Prevenção e cuidados com a diabetes, Prevenção e cuidados com a hipertensão, Direitos dos idosos etc.

Com foco no fazer junto, abre-se a possibilidade de construção de um conhecimento coletivo e de um trabalho colaborativo de forma afetuosa e dialógica, que estabelece conexões entre os saberes sociais e acadêmicos, sendo possível colocar em prática o que é produzido na academia e também pensar numa formação que possa experimentar os vários públicos da inclusão. Proporcionando uma formação democrática e que respeite as diferenças e a pluralidade dos indivíduos.

Nesse sentido o grupo realiza ações pontuais na Praça da Cantareira de forma que todos que por ali circulam possam participar. Procuramos, por meio das atividades, promover debates importantes que devem ser discutidos por todos diante da responsabilidade social de cada um.

Para início das atividades culturais/educativas, realizamos o CineSolidário na Praça da Cantareira no final do ano de 2018, onde exibimos o documentário “A Primeira Pedra” (2018)¹⁰ de Vladimir Seixas. Nessa atividade também preparamos uma janta e ceamos junto a pop rua. É importante ressaltar que alguns trabalhadores (ambulantes e vigiais) também foram servidos. Teve doações de roupas, de livros e de produtos de higiene pessoal, estes, foram arrecadados junto à comunidade acadêmica da UFF.

A atividade foi bem sucedida, a partir dela mais pessoas se engajaram para pensar outras intervenções e desta efervescência coletiva (re)nasceu o Coletivo Remonta

⁸ Atividade cultural do qual levamos equipamentos como: lençol branco, projetor, notebook e caixas de som, para assistirmos filmes que tenham a ver com as temáticas e discussões importantes para a pop rua. Além de um lanche coletivo, distribuição de doações, cartilhas de direitos, proteção e cuidado e um bom papo ao final.

⁹ Outro evento cultural com objetivo de promover a expressão artísticas através da música, poesia, livros entre outras formas.

¹⁰ O documentário tem como tema o linchamento. Revela o problema real da sociedade brasileira no que se refere ao tema. Tráz a história de Cledenilson Pereira e Fabiane Maria de Jesus, os dois foram espancados até a morte.

Comunidade, composto por pessoas da UFF, da sociedade civil e dos movimentos sociais¹¹ e orientado para práticas coletivizantes que reforcem laços de solidariedade entre as diferentes camadas sociais, em detrimento da noção individualizante e moralizante de caridade que costumeiramente impera em grupos que trabalham com pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Coletivo Remonta Comunidade planejou um projeto de extensão composto por uma agenda de atividades para o ano de 2019, e submeteu ao Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGProj com o objetivo de integrar a pop rua da Praça da Cantareira com a comunidade acadêmica, os ambulantes e transeuntes, e os movimentos sociais. A ideia era promover atividades na comunidade (como o CineSolidário, o SarauSolidário, oficinas públicas, etc.) e na Universidade (como fóruns de debates, atividades de pesquisa orientadas para as demandas da pop rua, espaços de formação para abordagem de pessoas em situação de vulnerabilidade, etc.), à fim de interconectar de forma indissociável as atividades de ensino, pesquisa, extensão, e o fomento do desenvolvimento social. Mas infelizmente a realidade prática impôs por meio das condições estruturais diversos obstáculos para a efetivação da agenda, o que vem tornando o nosso caminhar mais moroso do que o que já se esperava.

Cadastramos o Projeto de Extensão “A População em Situação de Rua, a Praça, a Universidade e a Potência dos Encontros” junto a Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, no edital de Ações Novas que foi aberto no início do ano de 2019, solicitando uma bolsa para o Projeto, que foi reconhecido enquanto tal, mas não contemplado com a bolsa.

Esse acontecimento foi como uma “pedra bem pesada” no nosso caminho, uma vez que caso houvessem bolsistas em função do Projeto poderíamos efetivar de forma muito mais criteriosas alguns trabalhos técnicos importantes para as atividades que realizamos, mas que ficam à mercê da disponibilidade de tempo dos voluntários.

Somos um coletivo unido e não há pedras no caminho que não tiremos de mãos dadas. Diminuímos o fluxo de atividades planejadas em função da realidade material, mas mantivemos a regularidade de ações. Mesmo sem bolsistas conseguimos apoio e voluntariado de discentes, do Movimento Nacional População em Situação de Rua, do

¹¹ Temos como parceiros a Agência de Notícias da Favela (ANF), o Instituto Abrapalavra, além de parcerias com um professor do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), uma técnica administrativa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e um professor da Educação Básica da rede municipal de Resende.

Núcleo de Defesa Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, e de membros ativos na manutenção das redes de solidariedade comunitárias no bairro de São Domingos e do Centro de Niterói, por meio do reconhecimento institucional do Projeto de Extensão pela Universidade que poderia proporcionar acesso à estrutura física do campus e também emissão de certificados.

Mantivemo-nos ativos nas atividades da PROEX, participando da Feira de Projetos que ocorreu no início do primeiro semestre de 2019 – montamos um varal de fotos do Projeto Yoga de Rua - fotógrafa Lorena Mossa, trouxemos a militante Vânia Rosa do Grupo de Trabalho Pop Rua e Saúde Mental, distribuímos adesivos do QRCode da página no *Facebook* do Coletivo Remonta Comunidade, assim como material informativo sobre o Projeto, fizemos uma experimentação chamada “Janela da Alma”¹² na Feira de Projetos de 2019 e também participamos das atividades na rua – UFF nas Praças - contra os cortes na Educação.

Figura 1 – Janela da Alma – Feira de Projetos 2019



¹² Usamos um manequim com roupas reais da pop rua; na cabeça foi projeto uma caixa de papelão – material que tem todo um simbolismo sobre a pop rua - com uma abertura de onde podia ouvir um áudio com frases de moradores em situação de rua sobre vida, desejos, descasos etc. Quando a pessoa chegava “Na Raul” – como nomeamos no processo de criação - e via a caixa com abertura, colocava a cabeça dentro da obra e se via no espelho. Nossa ideia com essa experimentação/intervenção foi trazer o cheiro, a voz e a sensibilidade para que as pessoas olhem para a pop rua como seus semelhantes e não com um olhar estereotipado que desperta o pré-conceito.

Figura 2 – Feira de Projetos – UFF 2019



Fonte: Helen Ferreira

Outra dificuldade que enfrentamos é falta de estrutura. Podemos citar nossa última experiência no SarauSolidário que organizamos em novembro/2019. Fizemos campanhas de doação, distribuimos panfletos convidando toda a comunidade acadêmica e também da Praça para esse encontro. Porém, no dia marcado para o evento, com o lanche e os kits de doações já preparados, fomos surpreendidos por um temporal. Devido a Praça ser um local aberto, impossibilitou nossa atividade e também nessa circunstância pop rua da Praça da Cantareira migra para outros pontos da cidade para fugir da chuva. Diante dessa circunstância, rapidamente repensamos nossa ação. Dividimos-nos em grupos para percorrer o entorno da Universidade e da Praça, para assim distribuir o lanche e os materiais doados, uma parte foi de carro para os pontos mais distantes e uma parte seguiu a pé.

Esse desvio da atividade causando por um temporal teve impacto significativo, pois outras áreas que não faziam parte do nosso cotidiano de trabalho foram atendidas, assim como uma outra realidade de público. Alguns integrantes perceberam a importância do vínculo que o Coletivo já tinha desenvolvido com a pop rua da Praça, pois ao chegarem para distribuir os materiais nesses outros espaços, o primeiro contato era mais astucioso, exigiu um pouco mais de escuta e cuidado de si. Apesar de realizarmos só uma pequena parte do que estava proposto, avaliamos como positiva esta ação, uma vez que confirmou a necessidade da construção do vínculo com os sujeitos envolvidos no projeto, é através dessa proximidade cotidiana que a confiança é estabelecida.

No final de 2019 concorremos o edital – Direitos Humanos e Diversidade e conseguimos uma bolsa. Continuamos em busca de apoios e parcerias por meio de editais de financiamento de ações para construir uma estrutura para as atividades e também

temos construído uma rede de parceiros e voluntários que atuam de forma coletivizante em favor dos laços de solidariedade. Cabe destacar que nosso projeto concorreu ao edital Fazedores do Bem + Active Citizens, do CIEDS e do British Council e foi contemplado com o 1º lugar na categoria que concorreu.

Figura 1 - Cerimônia de Premiação - João Sanson e Maria Paula Magalhães



Fonte: Acervo do Coletivo Remonta Comunidade

O fenômeno situação de rua sempre foi presente no cotidiano das cidades, e é encarado como um problema social a ser gerido e superado. Optamos por uma perspectiva de compreender o fenômeno da situação de rua e o espaço urbano no qual ele se dá enquanto uma “prospecção de processos e categorias que arranjam as formas de classificar e usar o espaço” (VOGEL, Arno & Outros, 1985, p. 13).

É no campo da superação dos paradigmas preconceituosos e incongruentes com a realidade da população em situação de rua, e da promoção do interesse da sociedade para com as demandas caras a esta população, no qual o projeto atua, tem colocado em evidência as demandas reivindicadas, e as territorialidades produzidas pela população em situação de rua e as intermediando com o cotidiano social e a produção acadêmica.

O objetivo geral do projeto é explicitar os saberes e territorialidades produzidas a partir do uso do espaço urbano, para além de um local de passagem, assim como as demandas sociais da população em situação de rua. Para tanto foi preciso articular maneiras para se chegar a população em situação de rua, que de tão calejada criou uma carcaça rígida. Tendo como método de aproximação o diálogo, nossas idas a Praça tornou-se necessária e cotidiana.

Desenvolvemos um questionário, o qual seria aplicado no começo do semestre de 2020.1. Porém, devido a atual pandemia de COVID-19¹³, que faz o isolamento social extremamente necessário, interrompeu nossas atividades nas ruas. O objetivo era mapear os pontos de fluxos e concentração da pop rua no entorno da Universidade e no Centro de Niterói, assim como compreender as origens, histórias, grau de escolaridade etc., conhecer um pouco do perfil desses moradores, de forma a levantar dados quantitativos e qualitativos que fomentem nossos estudos e ações.

Além dessas ações de nível micro, na Praça, o grupo faz parte de uma rede em que são articulados diversos coletivos e movimentos para e com a pop rua. A atuação em rede¹⁴ de grande importância para que ações mesmo que em nível micro, como a do Coletivo Remonta Comunidade, possa ganhar maior abrangência e atingir um maior número de pessoas, assim quando surge alguma necessidade de atuação, relatada em rede, maiores são as chances de que algum grupo possa atuar.

Assim, como na Praça o grupo atua dentro da Universidade por meio do grupo de Estudos: Subjetividade, Corpo e Cidade; do qual discutimos temáticas importantes para desenvolvimento dos nossos projetos e também organizamos nossas ações. Para o ano de 2020 também tínhamos em nosso calendário promover fóruns, como: Negritudes, Desigualdades Sociais; Educação e Consumo Consciente – com objetivo de criar um movimento de integração entre a Universidade e as pessoas que circulam ao redor do espaço, mas não se sentem pertencentes àquele lugar, que possibilita intercâmbios de conhecimentos acadêmicos e saberes populares Porém, também devido a pandemia nossa programação foi adiada por tempo indeterminado.

A pop rua apesar de ser formada por um grupo heterogêneo de indivíduos com históricos de vida muito diferentes, possui seu ponto em comum na extrema situação de pobreza, desrespeito aos seus direitos básicos, exclusão social e discriminação. É difícil definir essa população, devido a complexibilidade e fluidez desse fenômeno, pois é importante pensar a situação de viver na rua e da rua como uma situação temporária e não

¹³ Pandemia conhecida no país como “Coronavírus”, que chegou ao Brasil no ano de 2020, por seu alto grau de contágio e grandes número de pessoas perdendo a vida fez-se necessário no mundo inteiro o isolamento social.

¹⁴ A atuação em rede é característica do Movimento Nacional da Pop Rua como uma forma de que mais pessoas possam ser ajudadas por iniciativas que são direcionadas a pop rua. Assim, iniciativas de diferentes segmentos como: jurídico, alimentício, psicológico entre outros, e de diferentes locais fazem parte de um grande grupo que se comunica via rede social podendo trocar informações e assim contribui para uma melhor ação.

fixa. Dessa forma, existem múltiplas formas pelo qual o grupo se identifica e se classifica. Para o Estado existe uma classificação criada com o Decreto nº 7.053 de 2009¹⁵ do qual:

Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Já para Sanson (2019) é necessário:

que leve em conta os grupos de pessoas que se encontram nesta situação, os outros grupos com os quais eles interagem, as formas cristalizadas de definição e interação entre estes grupos, assim como as possibilidades de resignificação destas formas e a invenção de outras a partir da ação da vida cotidiana. (SANSON, 2019, p. 17)

É possível perceber uma definição de caráter homogeneizador e normalizador no documento da PNPR (2009) orienta a construção de políticas públicas a partir de sua publicação, que serão apresentadas ao longo do texto. Embora, tenha sido um importante marco do Movimento Nacional da População de Rua, conquistado por meio de muita luta, e reconhece muitos de seus direitos é preciso que se tenha uma abordagem mais ampla do fenômeno como indica Sanson.

3. ESTIGMAS E PRECONCEITOS

Quando rotulamos e tipificamos pessoas, há um estranhamento e distanciamento dessas, que causa uma enorme segregação sobre aqueles que não se encaixam nos padrões produzidos socialmente, afinal a maioria das coisas e regras criadas na nossa sociedade é pensada para os que são chamados de “normais”. Mas o que é ser “normal”? Essas expressões de normalidade e anormalidade vem do termo em latim “*normalis*” que significa “norma/regra” e a ‘a-normalidade’ seria, então, a negação dessa regra.

Esses conceitos foram historicamente construídos por uma sociedade burguesa, com uma ideologia dominante, com a intenção de manter um *status quo* como forma de manutenção de seus poderes e privilégios, princípios de um sistema capitalista, fator que

¹⁵ Decreto que institui a Política Nacional para a População de Rua - PNPR

causa contradição dentro do próprio sistema, pois “o conceito de indivíduo de autonomia de consciência, livre e responsável , defendido pelo liberalismo, transformou-se em ideologia por não se anunciar que as condições objetivas para sua existência são cada vez menos propícias” (CROCHIK, 2011, p. 17) que se transformou no paradigma liberalismo x conservadorismo que vemos hoje.

Essa forma de dominação foi atrelada a área biológica, genética e social, utilizadas, então, como forma de controle social. Assim, aqueles considerados como ‘anormais’ eram submetidos a tentativas de ‘moldes’ para se encaixar no padrão ou diretamente excluídos, o que Foucault (1987, p 169) chama de “corpos dóceis”, que é possível identificar até os dias de hoje entranhados na sociedade e nas máquinas do Estado.

Em uma relação social, quando nos deparamos com um outro e nos afetamos com ele, interpretamos aquela realidade segundo coisas que nos saltam da memória (no sentido bergsoniano), ou seja de dentro, e também nos vem de cima, da sociedade, e ao mesmo tempo nos vem do outro (no sentido weberiano de que indivíduos em uma relação estão orientando suas ações uns em direção aos outros, e também no goffmaniano em que os indivíduos em interação tentam gerir as impressões passadas, embora o que se dê no contexto seja o produto entre a impressão que se tentou passar e a que se interpreta pelo outro a partir desta) (SANSON, 2019, p. 16).

Dentro dessa perspectiva a nossa percepção sobre algo ou alguém será definida por uma série de elementos compostos por “símbolos, códigos e elementos culturais” a partir da nossa relação com o outro (SANSON, 2019, p. 17). O preconceito não nasce com o sujeito, ele é construído no decorrer dos processos de socialização, por meio desses elementos nas relações e representações sociais, fazem com que sejam criados estereótipos (que são produtos culturais que podem ser construídos individualmente ou em grupo), inerente a relação com o sujeito que está sendo pré-julgado, geralmente os estereótipos são produzidos antes de qualquer tipo de relação com o indivíduo e cria-se uma identidade de alguém que nunca de fato conheceu, esse estigma dificulta as interações interpessoais e a experiência, que mantém o afastamento e provoca sentimentos de estranhamento, indiferença ou hostilidade (CROCHÍK, 2011, p. 13).

Nesse sentido ocorreu o período que chamamos de Eugenismo – com maior potência entre as décadas de 20 a 40, muito presente no contexto da Segunda Guerra

Mundial - que baseado nas teorias de desenvolvimento de Darwin¹⁶, entende-se que alguns seres eram melhores e mais evoluídos que os outros de acordo com algumas características genética. História essa que gostaríamos de esquecer, porém, não devemos! A enorme mancha de sangue que essa ideologia resultou deve ser sempre lembrada para que erros históricos como esses não voltem a acontecer. No Brasil, apesar de velada, é possível perceber marcas ainda nesse contexto, se pensarmos nas últimas políticas genocidas do Estado do Rio de Janeiro e nos posicionamentos do Governo Federal de apoio a essas práticas e também a respeito da atual pandemia podemos perceber que para eles corpos pobres, pretos e favelados são só corpos, não tem valor. Aqueles que não possuem moradia não são nem lembrados.

Em Mattos e Ferreira (2004) é feita uma análise com base em experiências em movimentos sociais da população em situação de rua, em jornais feitos pela e sobre a pop rua e de sua pesquisa com esse público que faz uma análise sobre identidade, que conta com depoimento de pessoas que estão ou já estiveram em situação de rua (MATTOS, 2003). Essa análise coloca em questão as representações sociais que são criadas sobre essas pessoas que “reforçam a construção de identidades articuladas com valores negativamente afirmados” (MATTOS E FERREIRA, 2004, p. 48) construídas e mantidas por meio de uma ideologia dominante que as utiliza como forma de controle.

Ao longo do texto são analisados alguns tipos de tipificações que foram observadas em sua pesquisa, como: “vagabundos” - decorrente do ideal de trabalho, “loucos” - diante de um discurso psiquiátrico que busca justificar internações e medicância, sujus - dentro de uma perspectiva sanitaria e higienista, violentos - comumente vinculados com a pobreza e com criminalidade, “coitadinhos” - pautado em concepções religiosas de piedade e puro assistencialismo e acrescento também os termos “cracudos” ou drogados pois são os que mais escuto – esses presume que qualquer pessoa em situação de rua é usuária de drogas.

É possível perceber que cada uma dessas denominações têm algum tipo de intencionalidade, pois são esses discursos que orientam as intervenções do Estado e contribuem para um processo de desumanização que dessensibiliza a sociedade frente a

¹⁶ Charles Darwin desenvolveu a teoria da seleção natural de que organismos mais adaptados ao meio teriam mais chances de sobreviver, sendo apropriada por uma ideologia dominante como forma justificar uma supremacia entre as pessoas, o que foi conhecido como darwinismo social, utilizado por exemplo por Adolf Hitler para justificar o extermínios de judeus.

esses problemas, culpabiliza somente as vítimas, legitima sua exclusão e a não garantia de seus direitos básicos, tanto pelo Estado quanto pelo meio social. Além da “violência simbólica, que por si só já acarreta danos intransponíveis através de atitudes e das palavras, legitima a ocorrência de violência física, que pode chegar ao extremo da eliminação física” (MATTOS E FERREIRA, 2004, p. 51), que comumente vemos nos noticiários, tanto por parte da sociedade civil como por agentes de segurança do Estado que se acham no direito de escolher qual vida vale mais.

O termo que escolhi dar maior atenção é o “vagabundo”, decorrente da lógica que constituiu a Lei da Vadiagem¹⁷, no período do Estado Novo, em que pessoas que eram consideradas como sem emprego ou sem documentos podiam ser presas, pois eram rotuladas como ‘vadias’. O cenário de pós-escravidão em que muitas pessoas que foram libertadas, não conseguiam um trabalho e tinham pouca escolaridade, com lei da vadiagem resultaram em pessoas pretas, pobres e de periferia sendo presas. Que podemos ver consequências até os dias de hoje na nossa sociedade.

Esse estigma foi criado diante do ponto de vista do trabalho dentro de um pensamento liberal do qual o Trabalho é o objetivo máximo do ser humano. Quem nunca ouvir dizer “o trabalho dignifica o homem”? Então os milhões de desempregados que temos em nosso país não possuem dignidade? E a quantidade de pessoas que estão no mercado informal? São “vagabundos”? Esse ideário ignora o fato de estarmos no *ranking* dos países mais desiguais do mundo e culpabiliza apenas as vítimas da situação, como se não tivessem sido boas o suficiente ou não tiveram o esforço necessário, compartilhando de um discurso de meritocracia¹⁸.

Porque o sistema capitalista somente entende o trabalho pela venda/exploração de sua mão de obra - o lucro. Dessa forma, a pessoa em situação de rua é encarada como inútil e improdutivo (FOUCAULT, 1987 p. 29), pois não se encaixa na lógica do trabalho liberal.

Segundo Di FLORA (1987), a população em situação de rua é assim estigmatizada, pois escancara as condições básicas do modo capitalista de

¹⁷ Informações coletadas no acervo digital do jornal O Globo, disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298>

¹⁸ Ideologia baseada no mérito, criada diante de uma lógica de capital, que diz que aqueles que conseguem conquistar objetivos sociais, profissionais e econômicos conseguiram baseados em seus esforço e dedicação, por mérito próprio. Ignora completamente as desigualdades sociais, econômicas e culturais da população.

produção: a falácia de que todos possuem iguais oportunidades e a evidência de que, embora a produção seja social, a apropriação dos ganhos é sempre individual (apud MATTOS E FERREIRA, 2004, p. 49).

Dessa forma, o sistema tenta esconder as falhas inconstitucionais em suas estruturas e legitima sua falta de intervenção. O depoimento de José, identificado como ex-morador de rua, atesta que as pessoas tem medo de se aproximar deles, pois parece que levarão um ‘choque’ e “De fato levarão um ‘choque: o ‘choque’ da desigualdade e desumanização do homem no seio da sociedade brasileira” (MATTOS E FERREIRA, 2004, p. 50).

4. POTÊNCIAS DA INCLUSÃO

Como vimos, mesmo depois de muitas lutas e esforços para combater estigmas e preconceitos, eles ainda estão presentes na nossa sociedade, seja de forma clara ou velada, estão enraizados nas amarras desse sistema desigual, injusto e cruel que vivemos, que tipifica seres humanos como objetos manipuláveis. Dentro do conceito de ‘normalidade’, citado anteriormente, com padrões estabelecidos, aqueles que fogem à regra são vítimas de discriminação, que pode ocorrer de duas formas: a segregação - retirada de alguém de um grupo, não pertencente mais aquele grupo e a marginalização - que coloca esse indivíduo às margens do grupo, esse continua parte do grupo, porém de maneira precária - causam problemas estruturais, sociais, educacionais e psicológicos. Além de violar as principais leis que constituem o país.

Para Crochík (2011, p. 74) o preconceito é contrário a inclusão e não é possível construir uma sociedade ou educação verdadeiramente inclusiva que consiga conviver com injustiças sociais. Para ele “parece haver inclusão marginal e exclusão”, até quando se tenta incluir o sujeito por meio de ações que tente encaixá-lo em determinados grupos se pratica a exclusão, pois quando se muda a identidade do sujeito, se inclui a negação desse. Assim, afirmamos a necessidade de construir uma sociedade que entenda e respeite os diversos modos de existência, para que “aceitem” esses sujeitos como realmente são.

Diariamente vemos pessoas que não estão dentro do padrão burguês, tais como: pessoas com deficiência, pretas, LGBTQI+¹⁹, pobres, moradores de periferia, pop rua e

¹⁹ Sigla criada para representar a comunidade de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, queer, intersex entre outras denominações, a sigla vai aumentando a fim de incluir cada vez mais grupos que não se denominam heterossexuais, como assexuais, agênero, pansexual entre outros.

qualquer outra pessoa que seja vítima de segregação e marginalização. Essas práticas violam as principais leis e direitos que regem esse país, conquistadas por meio de muita luta contra o preconceito e discriminação.

A Lei de Direitos Humanos (1948) é um importante documento universal construído pela Organização das Nações Unidas – ONU- na luta pelos direitos fundamentais de qualquer pessoa, e tem sofrido muitos ataques diante de uma política de Estado que distorce seu papel a fim de legalizar - por meio de apoio popular de certa parcela da sociedade que se vislumbra com ideais de meritocracia e que pouco se importa com o Estado de Direito, pelo contrário, são militantes do Estado Mínimo - suas próprias ações desumanas e inconstitucionais. A Constituição de 1988 construída posteriormente reconhece, consolida a Lei Direitos Humanos e prevê a universalização de direitos entre as pessoas, o que parece ser inatingível diante do contexto atual.

Quando falamos em inclusão de pessoas em situação de rua o contexto é ainda mais agravante. É comum quando se fala em inclusão relacionar diretamente com educação e pessoas com deficiência, decorrente de diversas lutas do grupo, apesar de que as políticas de educação inclusiva, a partir da Declaração de Salamanca (1994) do qual o Brasil é signatário, procura desconstruir essa imagem, prevê que inclusão além de ser uma responsabilidade de todos deve acolher a qualquer pessoa que esteja em alguma situação de vulnerabilidade social. Ademais considera os ambientes escolares como: “os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos”. Nesse sentido, é importante pensar ações e políticas públicas de inclusão para e com a pop rua dentro de uma perspectiva integral e contra hegemônica.

A partir da crescente Movimento Nacional da População em Situação de Rua com a reivindicação de direitos para a pop rua ocorreu avanços nas políticas públicas, faz com que a Lei nº 8.742 que disponha sobre a Organização da Assistência social fosse alterada em 2005, pela Lei nº 11.258, do qual cria-se “programas de amparo a População em Situação de Rua” e a PNPR (2009) que institui princípios, diretrizes e objetivos para atuação de forma descentralizada e articulada entre governos federais, estaduais municipais e distrital, tendo como algumas de suas diretrizes a “implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos

servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional” e a “democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos”.

Por meio de experiências negativas do próprio Coletivo Remonta Comunidade - que já buscou por informações e auxílios em serviços público como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), que fomos mal atendido e percebemos pouco caso em prestar informações e serviços a essa camada da sociedade - podemos ver a importância dessas políticas. Visto que, esses serviços apesar de ser de direito, ainda está carregado de estigmas e preconceitos com a pop rua e com funcionários sem capacitação para lidar com suas demandas.

Outro importante ponto do documento é a criação de um Centro Nacional de Defesa aos Direitos Humanos destinado a promover de defender os direitos da pop rua. Contudo, o que vimos na última década foi uma crescente de concepções homogeneizadoras e higienistas como forma de mascarar problemas sociais, que afetam diretamente a pop rua, como as políticas de urbanização da cidade do Rio de Janeiro para as eventos, como a Copa do Mundo (2014) e a Olimpíadas (2016) entre outros movimentos de padronização das metrópoles denunciadas por Sanson (2019, p. 39). Esses movimentos em conjunto com a ascensão de um governo que ataca frequentemente os Direitos Humanos corrobora para um distanciamento do que foi conquistado na PNPR em 2009.

É preciso pensar a inclusão social como forma de garantir a equidade de direitos entre as pessoas e sua liberdade de ser, respeitar os diferentes modos de existências e subjetividades, é garantir “o direito de ser, sendo diferente”, é pensar que a pluralidade potencializa o processo de desenvolvimento humano e o aprendizado, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais humana, afetuosa e democrática. Para Mantoan (2004):

A comunidade acadêmica não pode continuar a pensar que só há um único modelo de cientificidade e uma única epistemologia e que, no fundo, todo o resto é um saber vulgar, um senso comum que ela contesta em todos os níveis de ensino e de produção do conhecimento. A ideia de que o nosso campo de conhecimento é muito mais amplo do que aquele cabível no paradigma da ciência moderna traz a ciência para um campo de luta mais igual, em que ela tem de reconhecer outras formas de entendimento e perder a posição hegemônica em que se mantém, ignorando o que foge aos seus domínios (MANTOAN, 2004, p. 38).

Pensando na perspectiva de uma educação libertadora é preciso promover transformações sociais que horizontalize os processos, de forma que se supere as hierarquias que são criadas socialmente e condicionadas aos indivíduos, numa perspectiva contra hegemônica que valoriza determinados modos de existência e conhecimento em detrimento de outros. Recordo a fala de Cléver, identificado como ex-morador de rua:

O morador de rua não é só aquele que está embaixo do viaduto, dormindo debaixo de uma coberta, ou mesmo num asfalto ou numa calçada fria, mas é aquele morador que um dia ele teve um lar, ele teve uma cultura na vida dele. Mas como se fosse numa fração de segundos, como um vírus no computador, aquilo deu um ‘tilt’ na vida dele. E ele foi parar ali, como se fosse um depósito de ferro velho. (MATTOS, 2003, p. 75)

Em outro momento em que diz ser tantas determinantes e estigmas sobre essa pessoa que ela passa a acreditar naquilo que dizem sobre ela, e entra num estado de conformidade em viver em um ‘sub-mundo’. A desvalorização dos saberes populares junto com uma lógica meritocrática faz com que grupos sejam segregados como se não tivessem nada para ensinar ou aprenderem. Assim como Cléver, a pop rua, movimentos sem-terra, indígenas, entre outros grupos marginalizados têm seus saberes e cultura diminuída e menosprezada por uma sociedade “conteudista” e que valoriza apenas um determinado tipo de conhecimento.

O que me remete a Paulo Freire (2019, p. 60) quando diz que “somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam”, assim, defendemos a educação libertadora como forma de romper a lógica tradicional e hegemônica fazendo com haja intercâmbio entre diferentes formas de saberes, promovendo a inclusão e pluralidade, tendo como base a “escuta sensível” proposta por Barbier (2002, p. 1) que tem como base a atenção, o não julgamento, a compreensão, o reconhecimento e valorização do diferencial de cada um dentro das relações sociais.

Percebemos que através das relações constantes de lutas/forças, alguns direitos foram conquistados, no entanto, é preciso salientar a importância de vários projetos e ações coletivas como potência de inclusão social. Para Deleuze, a potência está intimamente ligada ao processo de criação e produção. É algo latente, é desejo, é busca; sendo as afetações moduladoras de potências, logo, a criação e produção coletiva tende a ter um grau de impacto maior.

Em certa exibição do CineSolidário, não havia um número de pessoas que pudessem levar todo material para a Praça. A alternativa foi chamar um grupo de alunos que estavam no Centro Acadêmico de Sociologia – a escolha do C.A. foi porque João Sanson, na época, era graduando de Sociologia. Logo havia uma procissão, os alunos iam quase em fila, carregando bolsas de roupas, livros, sapatos, “panelão” de macarrão, data show, notebook, caixa de som etc. Para alguns foi só uma ajuda no transporte de materiais, mas também teve aqueles que ficaram, colaboraram com a montagem do cenário, na distribuição dos kits e na partilha da refeição. Houve afetos, agenciamentos...ampliação das potências.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante das perspectivas discutidas ao longo desse texto, pode-se perceber que buscamos com o Coletivo Remonta Comunidade, executor do Projeto de Extensão, integrar e valorizar os saberes populares com os conhecimentos produzidos na universidade, com um formato acessível, dialógico e horizontal. Nossa missão é realizar um trabalho coletivo, colaborativo, múltiplo e interdisciplinar, onde a interculturalidade seja valorizada, assim, colaborar para a desconstrução de estigmas e preconceitos tão presentes nos ambientes escolares e que corroboram para uma política de exclusão e evasão escolar.

O Coletivo Remonta Comunidade investe em ações que possam afetar para além da pop rua, criar outros agenciamentos, potencializar novas ações e ampliação da rede de apoio. Quando realizamos ações sociais diretas, conseguimos ofertar aos nossos graduandos a oportunidade de pensar e fazer inclusão para além dos métodos convencionais, mostrando a complexidade e necessidade de abarcar aqueles que muitas vezes nem são reconhecidos como cidadãos – falta de documento, moradia e trabalho formal.

Procuramos estabelecer conexões com a pop rua de forma que possamos produzir ações e produções científicas - que legitimem a compreensão do fenômeno e a luta pela ampliação dos seus direitos – que não sejam para eles, mas com eles. Porém, muitas dificuldades atravessam esse processo, desde a desconstrução de estigmas e preconceitos dentro do próprio grupo, visto que estamos sempre nesse processo de aprendizado e desconstrução diante da sociedade em que fomos criados, que naturalizou discriminações no decorrer de sua história e que nos faz reproduzir inconscientemente.

Outra dificuldade é o acesso a essas pessoas, que pode ser por falta de confiança ou medo de relacionarem por traumas e experiências negativas anteriores ou pela grande transitoriedade característica da população, visto que não possuem residência física e precisam ou preferem se deslocar pela cidade ou outros territórios. Também enfrentamos dificuldade com a falta de ‘mãos’ para fomento do trabalho e de recursos, pois o grupo ainda é, em números de membros e colaboradores, pequenos e precisamos nos desdobrar em muitas funções. Assim como, em relação a recursos, pois não possuímos financiamento e realizamos nossas ações por meio de campanhas de doações via redes sociais, panfletos e comunicação oral. Portanto, continuamos acreditando na coletividade e solidariedade como potências de inclusão social, capazes de contribuir para uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, N. **Escuta sensível na formação de profissionais de saúde**. Brasília, 2002. Disponível em: < <http://www.barbier-rd.nom.fr/ESCUTASENSIVEL.PDF> > Acesso em: 03 de mai de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm > Acesso em: 29 de abr de 2020.

_____. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília: Governo Federal, 2008. Disponível em: < http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf > Acesso em: 1 de mai de 2020.

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Governo Federal, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm > Acesso em: 1 de mai de 2020

_____. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui Dispõe sobre o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9894.htm#art9 > Acesso em: 1 de mai de 2020.

_____. **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm#art23p > Acesso em: 1 de mai de 2020.

_____. **LEI Nº 11.258, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2005.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm > Acesso em: 1 de mai de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** Vozes, Petrópolis, RJ, 2013.

CROCHÍK, J. L.. **Preconceito e Educação Inclusiva.** Brasília, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**, v. 02, São Paulo: Ed. 34, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Paz & Terra, Rio de Janeiro/ São Paulo, 2019.

FOUCAULT, M.. **Vigiar e Punir.** Vozes, Petrópolis, 1987. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf > Acesso em: 27 de abr de 2020

HUR, U. Domenico. **Poder e Potência em Deleuze:** forças da resistência. Mnemosine, vol. 12, nº 1, 2016, pp.171-193.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** Revista CEJ, Brasília, n. 26, p. 36-44, 2004. Disponível em: < <https://revistacej.cjf.jus.br/revcej/article/view/622/802> > Acesso em: 10 de mai de 2020.

MATTOS, R. M. **Processos de constituição da identidade do indivíduo em situação de rua:** da ruralização a sedentarização. FAPESP, São Paulo, 2003. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000155&pid=S0102-7182200400020000700027&lng=pt > Acesso em: 5 de mai de 2020.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. **Quem vocês pensam que (elas) são? –** Representações sobre as Pessoas em Situação de Rua. Revista Psicologia & Sociedade, São Paulo, nº 16, p. 47-58, 2003. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a07v16n2> > Acesso em: 5 de mai de 2020.

SANSON, J. P. **Rua – Cenário, personagens e cena:** As representações da população em situação de rua e as práticas de apropriação do espaço urbano. Rio de Janeiro, 2019.

UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, 1994.

VOGEL, Arno, Marco Antonio da Silva Mello, and Carlos Nelson Ferreira Santos. **Quando a rua vira casa:** a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Projeto, (1985).

Nota Curricular:

Maria Paula Gonzaga Magalhães - graduanda do Curso de Pedagogia – **Universidade Federal Fluminense** – Niterói / RJ, bolsista de extensão - (projeto de extensão), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Cibercultura - GEPEC, voluntária do Projeto de Desenvolvimento Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica. - OIIIIPe-UFF e-mail: mpgmagalhaes@id.uff.br

Helen Ferreira - professora da Faculdade de Educação da **Universidade Federal Fluminense** – Niterói / RJ, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação e Cibercultura – GEPEC, Coordenadora da Comissão de Comunicação e Divulgação do Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica – OIIIIPe, Coordenadora do projeto de extensão “A população em situação de rua, a praça, a universidade e a potência dos encontros”. E-mail: helenpereiraferreira@gmail.com